

## Uma agenda contra o racismo na pauta dos movimentos sociais e culturais no Brasil

Cleyde Rodrigues Amorim<sup>1</sup>

Pensando na necessidade de discutir sobre as teorias raciais que sustentam os discursos e as práticas racistas ainda vigentes em nosso país, o NEAB - Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da UFES promoveu em 2013 o curso de extensão Teorias Sociais das Relações Raciais e Educação, com a regência do Professor Sérgio Pereira dos Santos e sob minha coordenação. No curso tivemos a colaboração de outros colegas pesquisadores da temática, que trouxeram um debate instigante sobre as teorias e as relações raciais brasileiras, nas diferentes perspectivas: sociológica, histórica, política, e a partir de diferentes leituras.

Uma das questões iniciais levantada no curso, e retomada inúmeras vezes, diz respeito ao fato de ainda usarmos o conceito de “raça”. É interessante lembrar que o uso do termo “raça” para referir ao segmento negro sempre produziu uma longa discussão no campo das Ciências Sociais, de um modo geral e na vida cotidiana do povo brasileiro, em específico. Por mais que os questionamentos feitos pela Antropologia ou outras ciências quanto ao uso do termo *raça* possam ser considerados como contribuições e avanços no estudo sobre relações entre negros e brancos no Brasil, quando se discute a situação do negro, *raça* ainda é o termo mais usado nas conversas cotidianas, na mídia e nas conversas familiares. Por que será? Na realidade, isso ocorre porque *raça* ainda é o termo que consegue dar a dimensão mais próxima da verdadeira discriminação contra os afro-brasileiros, ou melhor, do que é o racismo que afeta as pessoas negras da nossa sociedade.

Os movimentos negros e os pesquisadores, quando usam o termo *raça*, não o fazem alicerçados na ideia de existência de raças superiores e inferiores, como, originalmente,

---

<sup>1</sup> Antropóloga, Professora e pesquisadora do Departamento de Educação, Política e Sociedade e do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, Brasil. E-mail: [cleydea@yahoo.com](mailto:cleydea@yahoo.com)

acontecia no século XIX. Pelo contrário, usam-no com uma nova interpretação, a qual se baseia na dimensão social e política do referido termo.

Alguns estudiosos, como Antônio Sérgio Guimarães (1999)<sup>2</sup> usam o termo *raça social*. Esse autor defende que “‘Raça’ é um conceito que não corresponde a nenhuma realidade natural”, mas sim a uma construção social. Trata-se de “um conceito que transmite uma forma de classificação social, baseada numa atitude negativa frente a certos grupos sociais, e informada por uma noção específica de natureza, como algo endodeterminado. A realidade das raças limita-se ao mundo social”. Assim, é no âmbito da cultura e no contexto histórico que nós aprendemos a enxergar as *raças*.

Isso significa que aprendemos a ver negros e brancos como diferentes a partir da forma como somos educados e socializados, a ponto dessas ditas diferenças serem introjetadas em nossa maneira de ser e de ver o outro, em nossa subjetividade e nas relações sociais. O racismo é, por um lado, um comportamento, uma ação resultante desse condicionamento e pode ser observado por meio da recusa à interação, da aversão e de sentimentos negativos em relação a pessoas que possuem um pertencimento racial diferenciável por meio de sinais físicos, tais como: cor da pele, tipo de cabelo, formato dos olhos, um conjunto de características denominadas de fenótipo.

No Brasil, quando discutimos a respeito dos negros, vemos que diversas opiniões e posturas racistas têm como base estes sinais físicos para determinar as pessoas que os portam como “boas” ou “más”, “competentes” ou “incompetentes”, “racionais” ou “irracionais”. Esses sinais, em especial a cor da pele de uma pessoa, são mais determinantes para o seu destino social do que os fatores estruturais (classe social), ou as condições e valores individuais (caráter, história, trajetória), conforme já constataram algumas pesquisas nas últimas décadas.<sup>3</sup>

Apesar do Estado Nacional só ter admitido que é racista em 1995, os estudos encomendados pela Unesco já faziam esta constatação desde os anos 1950, e os grupos discriminados já se

---

<sup>2</sup> GUIMARÃES, Antônio Sérgio (1999). *Racismo e anti-racismo no Brasil*. São Paulo: Fapesp/Ed.34.

<sup>3</sup> Entre os autores destacamos ROSEMBERG, F. M. B. (1987). *Instrução, rendimento, discriminação racial e gênero*. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Brasília: v.68, p. 324-355, mai/ago.

manifestavam há muito mais tempo. Para além dos movimentos de revoltas, insurreições e formação de quilombos, tais grupos articularam-se nos centros urbanos no início do século XX, promovendo denúncias sobre essa situação e reivindicando medidas de combate ao racismo brasileiro nas diversas áreas. É importante destacar o surgimento, no período pós-abolição, de várias associações visando atividades sociais envolvendo cultura e lazer, e de outras organizações que conseguiram, a partir de 1915, com imensas dificuldades, produzir jornais impressos. Essas últimas organizações ficaram conhecidas como a chamada “imprensa negra”.<sup>4</sup> Elas falavam da cultura e da identidade afro-brasileiras, reivindicando e informando sobre direitos sociais e civis dos negros e das negras, e tentava promover a integração deste segmento social à ordem vigente da recente república. Outros movimentos nas grandes cidades também ficaram conhecidos ao longo do século, como a Frente Negra Brasileira (FNB), criada em 1931 em São Paulo, reunindo trabalhadores de diferentes segmentos. A partir da FNB, o movimento de mulheres negras se articulou, inicialmente em torno da educação e da defesa dos direitos das domésticas, em 1936.

Na década de 1940, quando a questão racial tomou a pauta internacional com a ascensão do nazismo e do fascismo, as organizações civis e o movimento negro se reergueram e se ampliaram para outras regiões do país, com destaque para a União dos Homens de Cor (UHC), surgida no Rio Grande do Sul, e o Teatro Experimental do Negro (TEN), estimulando a formação de artistas negros e promovendo a valorização da identidade negra. Apresentaram espetáculos que foram ineditamente representados por negros e negras, peças clássicas e outras com temáticas relativas à história e cultura africana e afro-brasileira, a partir de textos brasileiros. Idealizado por Abdias do Nascimento, o TEN revelou uma primeira geração de atores e principalmente de atrizes como Lea Garcia e Ruth de Souza, que posteriormente ingressaram na televisão. Além das atrizes, esse movimento formou outras mulheres que atuaram na produção cultural, na articulação política, se desdobrando posteriormente no Conselho Nacional de Mulheres Negras, em 1950.

Novamente o país vive um momento de fechamento político com a ditadura militar que desarticulou os movimentos políticos. Assim, nesse período de proibições políticas dos anos

---

<sup>4</sup> Uma boa discussão sobre o assunto é encontrada em FERRARA, M. N. (1986). *A imprensa negra paulista (1915-1963)*. Boletim FFLCH. São Paulo.

1960 até o início dos anos 1980, a mobilização negra articulou-se em torno de espaços de sociabilidade e lazer: centros culturais e clubes negros, que reuniam centenas de pessoas em seus bailes. Os Grandes Bailes *Black* no Rio de Janeiro e em São Paulo, eram embalados pela *soul music* e o *funk* estadunidenses de Diana Ross, B. B. King, Aretha Franklin, Marvin Gaye, James Brown e pela *soul music* e *funk* brasileiros nascidos sob essa inspiração. Neste período ficaram mais conhecidos nacionalmente Tony Tornado, Sandra de Sá e Tim Maia. O movimento negro era então inspirado nos movimentos de libertação dos países africanos, e instauravam uma nova estética, mais colorida, assumindo cabelos estilo *black power*.<sup>5</sup>

Junto com os *black powers*, uma nascente classe média negra se articula com outros segmentos, contra o regime militar, nas organizações partidárias, universidades, sindicatos e outras instituições. Dentro destas articulações se coloca a pauta racial que, por não ser naquele momento absorvida pelos partidos e movimentos de esquerda, dá lugar à formação do Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial, o qual inicialmente também congregava outras minorias como os judeus (SP, 1978). O movimento é apoiado por intelectuais e pesquisadores não negros que discutiam a questão, além de terem inspiração marxista e um discurso radical e de denúncia.

A partir dos anos 1980, já no contexto do retorno dos anistiados políticos e da abertura democrática, o movimento negro se expande e dentro dele se coloca o movimento feminista, propiciando o ressurgimento do movimento de mulheres negras. As mulheres negras buscam o enfrentamento da dominação masculina, mesmo dentro dos espaços das organizações políticas negras e feministas, evidenciando a dupla ou tripla discriminação que sofrem: raça/cor, gênero e também classe social. Neste momento, já temos publicações acadêmicas sobre a desigualdade das condições sociais entre negros e brancos no país e trabalhos de intelectuais negros e negras engajados, como Beatriz Nascimento<sup>6</sup> e Lélia Gonzáles. Lélia denuncia em seus textos a representação sobre a mulher negra no ideário nacional, confinando as negras aos papéis sociais relacionados ora à sexualidade, cujo ícone

---

<sup>5</sup> Sobre o tema consultar as dissertações: ALVES, Amanda Palomo (2009). *O poder negro na pátria verde e amarela: musicalidade, política e identidade em Tony Tornado*. (UEM) e FELIX, João Batista de Jesus (2000). *Chic show e Zimbábue e a construção da identidade nos bailes black paulistanos*. PPGAS/USP, São Paulo.

<sup>6</sup> Para saber mais sobre a trajetória de Maria Beatriz Nascimento, consultar o trabalho de RATTIS, A. (2006), disponível em: <http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/download/pdf/projetossociais/eusouatlantica.pdf>

é a “mulata brasileira”, ora ao trabalho manual e doméstico em casas de família. Ela faz críticas aos movimentos sociais por não se atentarem à especificidade do recorte racial.

Os movimentos negros e de mulheres negras<sup>7</sup> avançaram nos anos 1980 e 1990, constituindo sua participação em esferas civis, conselhos e associações, nos partidos políticos, sindicatos e mais recentemente nas esferas governamentais. A partir deste período, os movimentos tiveram apoio de organizações internacionais que passaram a organizar conferências e fóruns sobre a intolerância e o racismo, colocando esses temas em pauta na agenda governamental. Da participação nestas instâncias civis e estatais foi possível o acesso a dados e a produção de diagnósticos sobre a desigualdade racial e de gênero em diferentes áreas. Esses dados constataram a existência de desigualdades, mostrando, por exemplo, uma maior esterilização em mulheres de baixa renda (dados divulgados no final dos anos 1990, mostram que Goiás chegou a ter 70% das mulheres, em idade fértil, esterilizadas), mas também revelam práticas racistas que se “naturalizam” como é o denunciado caso de uso de menor quantidade de anestésicos em procedimentos, cirurgias e partos envolvendo mulheres negras. Esses indicadores são importantes para a constituição de políticas públicas, desde a legislação na conquista e proteção de direitos sociais, até os serviços como abrigos para mulheres em situação de violência e delegacias especializadas (Deams). Ao lado desta estrutura que vem se implantando, os movimentos de mulheres negras se reorganizam em formato de ONGs, profissionalizando as lideranças e oferecendo um leque maior de atividades (Maria Mulher, 1987; Geledes-SP, 1988; Fala Preta-SP, Instituto AMMA: psique e negritude, 1999-SP).

Hoje, apesar dos percentuais negativos terem sido reduzidos de forma visível na última década, ainda há uma diferença significativa quanto à participação das mulheres negras no mercado de trabalho, principalmente quanto às posições sociais na ocupação e quanto aos rendimentos derivados do trabalho, como nos mostram os dados do Pnad/IBGE. Os programas sociais desenvolvidos na última década, a exemplo do Programa Bolsa Família, têm propiciado um avanço feminista, a partir do qual as mulheres, em sua maioria negras,

---

<sup>7</sup> Sobre o assunto consultar: ROLANDE. E. “O movimento de mulheres negras brasileiras: desafios e perspectivas”. In: GUIMARAES, A. S. HUNTLEY, L. (orgs.) (2000). *Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra.

estão conseguindo se libertar das condições de miserabilidade históricas, socialmente impostas e também do julgo machista que, por várias gerações, as relegou à violência e submissão. Tudo isso se deve em parte à mobilização dos movimentos sociais e ao canal de diálogo aberto com o poder público neste período.

Enfim, ainda há muito a ser feito nesta agenda de antirracismo, e tentamos contribuir com esta luta por meio das atividades de ensino, pesquisa e extensão, especialmente na formação de professores e pesquisadores. Esta publicação é fruto de mais um desses esforços, nela apresentamos uma discussão a partir da leitura e dos debates sobre as teorias raciais que influenciaram a ideologia brasileira e que engendraram relações e práticas sociais que têm se perpetuado até nossos dias, especialmente nos campos institucionais, na educação, na mídia. Agradecemos a todos os que se propuseram a esta empreitada, em especial à colaboração do Professor Marcelo Paixão da Universidade Federal do Rio de Janeiro, quem nos convidou a refletir sobre a questão das relações raciais, mote do curso proposto pelo NEAB.